

## **Representações do MST no jornal *Correio do Estado***

Isabela de Fátima Schwengber – PPG-UFMS/campus Dourados

### **Introdução**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST foi criado no Brasil em 1984 para lutar pela democratização do acesso à terra. Possui um caráter popular e político ao criar situações para o envolvimento do Estado na questão agrária, como caminhadas, ocupações de órgãos públicos e de propriedades rurais, entre outras ações. Sua luta é representada na imprensa de diversas formas: ora o MST é descrito como um grupo anarquista; ora como união de guerrilheiros que tentam tomar o poder para fazer a revolução socialista; alguns o chamam de organização criminosa de mentalidade fascista; outros o premiam em reconhecimento à sua contribuição ao desenvolvimento do Brasil.

Os diferentes pensamentos sobre o MST podem ser explicados através da teoria das Representações Sociais, de Moscovici<sup>i</sup>. Para o autor, as representações são uma forma de entender o mundo, assim como a ciência também é. Mas elas nascem do senso comum, são construídas durante as vivências e as práticas da sociedade, adquirindo “formas” variadas, como idéias (crenças, ideologia, preconceito, entre outros), objetos, símbolos, etc. Moscovici (2003) explica que tudo o que é novo leva ao medo, e para que esse medo se desfaça, o pensamento do ser humano tenta incorporar o novo ao já conhecido, ao familiar, e para isso faz uso das representações. Lefebvre<sup>ii</sup> complementa que na formulação das representações, a elas são agregados elementos reais valorados positivamente ou negativamente pela sociedade, e nesse processo alguns aspectos são reforçados e outros esquecidos. Por isso, um mesmo acontecimento é representado de forma diferente por grupos diferentes. Estudar as representações significa entender os valores de diversos grupos, suas convenções e suas idéias, em determinado período.

A proposta desse trabalho é identificar as diversas representações do MST no jornal *Correio do Estado*, de 1995 a 2000, através das matérias jornalísticas consideradas mais importantes pelo periódico, ou seja, todas que receberam chamada de capa:

**Quadro 1 – títulos de capa sobre MST no *Correio do Estado* – 1995 a 2000**

Nº	data	título
01	07/06/1995	Sem-terra fazem passeata pelas ruas da Capital
02	21/06/1995	Sem-terra <b>saquearam</b> caminhão
03	23/06/1995	Estado não vai alimentar os sem-terra
04	24 e 25/06/1995	Seis sem-terra serão julgados por <b>saques</b>
05	28/06/1995	Itaquiraí <b>teme ataque</b> de sem-terra
06	22/08/1995	Sem-terra voltam a promover <b>saques</b> no interior do Estado
07	07/11/1995	<b>PM</b> mobilizada para <b>despejar</b> sem-terra
08	06/12/1995	Prédio do Incra é <b>invadido</b> pela 2ª vez
09	12/02/1996	Sem-terra <b>ameaçam</b> com novo <b>saque</b>
10	14/02/1996	Sem-terra <b>saqueiam</b> caminhão com arroz
11	17 e 18/02/1996	<b>PM</b> começa a chegar a Sul Bonito
12	10/04/1996	Sem-terra já estão prontos para encontro
13	19/04/1996	PM <b>mata</b> 19 sem-terra em confronto no Pará
14	20 e 21/04/1996	MS não está livre de <b>conflito</b> de terra
15	22/05/1996	Fazendeiros do MS estão se <b>armando</b>
16	12/06/1996	Sem-terra e policiais <b>brigam</b> em Corumbá
17	17/06/1996	Grupo de sem-terra <b>invade</b> fazenda, <b>agride e faz reféns</b>
18	14/03/1997	Sem-terra <b>resistem a despejo</b> em Itaquiraí
19	17/03/1997	Sem-terra <b>ameaçam resistir a despejo</b>
20	19/03/1997	Sem-terra decidem retirada quinta-feira
21	21/03/1997	<b>Não sai acordo</b> para retirada dos sem-terra
22	17/04/1997	Pecuaristas <b>protestam contra invasões</b>
23	13/06/1997	Governo lança pacote para acelerar a reforma agrária
24	25/07/1997	Incra está retendo alimentos de sem-terra
25	30/07/1997	Duas fazendas são <b>invadidas</b>
26	05/08/1997	Protesto reúne 4 mil contra <b>invasões</b>
27	27/05/1999	Fazendeiros denunciam na Assembléia <b>abuso do MST</b>
28	19/11/1999	Sem-terra <b>invadem</b> prefeitura
29	21/11/1999	Exército de 60 mil espera terra em MS
30	27/12/1999	Che Guevara, lição para sem-terrinha
31	10/03/2000	MS é o segundo Estado em <b>invasões</b>
32	22/04/2000	FHC chama sem-terra de <b>baderneiros</b>
33	04/05/2000	Sem-terra prometem <b>radicalizar</b>
34	05/05/2000	FHC pode chamar o <b>Exército para deter MST</b>
35	06/05/2000	Sem-terra <b>pressionam</b> Governo
36	03/09/2000	<b>Execução</b> de líderes custou R\$ 2 mil
37	05/09/2000	Empresa de segurança Coes armou <b>execução</b>
38	17/10/2000	Reforma beneficia MST, diz sindicato
39	09/11/2000	Sem-terra <b>ditam a lei</b> no campo
40	20/11/2000	Sem-terra <b>destroem</b> propriedade
41	04/12/2000	Federal apura denúncia de que o <b>MST cobra “pedágio”</b>

### **O *Correio do Estado* em Mato Grosso do Sul**

O *Correio do Estado* é o jornal de maior circulação em Mato Grosso do Sul – entre 18 mil a 20 mil exemplares diários -, integrante do grupo *Correio do Estado*, que inclui a Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão e a Rádio Cultura AM, todos na capital. O grupo é de propriedade familiar, dirigido por Antonio João Hugo Rodrigues, desde o falecimento de seu pai, José Barbosa Rodrigues, em 2003.

Antônio João é, atualmente, presidente do diretório regional do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Já seu pai esteve envolvido apenas com as letras, dedicando-se a pesquisar a história de Campo Grande e do Estado, atividade que lhe rendeu três livros. Integrou a Academia Sul-mato-grossense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, o Conselho Estadual de Cultura e o Instituto Histórico Nacional.

O *Correio do Estado* foi fundado em 1954, porém, por um grupo ligado à União Democrática Nacional - UDN, com o objetivo de disseminar as idéias do partido. Em 1960 passou para a propriedade de José Barbosa Rodrigues, que era o editor desde 1957. Naquele ano, o jornal deixou de ser partidário, mas sua linha editorial sempre priorizou a política e os acontecimentos da capital.

O *Correio do Estado* possui uma estrutura e funcionamento de um grande jornal. Possui 183 funcionários distribuídos em sete municípios de Mato Grosso do Sul e em Brasília (DF). O setor privado é o maior anunciante, detendo de 80 a 85% da publicidade. A pequena participação financeira do governo faz com que o jornal anuncie que sua redação trabalha com independência editorial e “faz questão de veicular as idéias de todas as correntes de opinião que existem na sociedade<sup>iiii</sup>”. Será que ao se tratar de MST, todas as correntes de opinião foram ouvidas?

### **Representações do MST no *Correio do Estado***

Entre 1995 a 2000, foram feitas 203 referências ao MST no *Correio do Estado*, seja em matérias, artigos ou editoriais. Todas elas se limitaram a comentar os atos do movimento, dos poderes constituídos e dos fazendeiros, mas não chegou a promover alguma discussão sobre o processo através do qual surgiram os sem-terra no Brasil.

Dos 41 títulos de capa, 32 abordaram fatos relacionados a conflitos, expressos pelas palavras grifadas no **Quadro 1**. Nenhuma matéria divulgou ações do MST que ressaltasse aspectos positivos, como a produção agrícola implantada nos assentamentos, os resultados das cooperativas formadas pelo movimento, o modelo de educação implantado nos acampamentos e assentamentos ou o que representa para o país, social e

economicamente, a produção de alimentos em pequenas propriedades, assuntos abordados em pesquisas acadêmicas. A seguir, vamos fazer uma breve contextualização das notícias com as ações dos atores envolvidos, em ordem cronológica.

**1995** – O presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC tomou posse com o projeto de assentar 240 mil famílias nos quatro anos de seu mandato, porém as medidas tomadas pelo seu governo, visando à estabilização da moeda, não priorizaram a reforma agrária, naquele ano. O MST liderou, então, uma série de atividades com vistas a pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra a desapropriar fazendas improdutivas que já estavam sendo negociadas (títulos 1, 2, 6 e 8). Em Mato Grosso do Sul, apenas 114 famílias foram assentadas, quando existiam duas mil lutando pela terra. O *Correio do Estado* não registrou nenhum pronunciamento do governo federal sobre o MST. Já do governador Wilson Barbosa Martins, publicou afirmações de que a luta era justa, mas a questão não era responsabilidade da esfera estadual.

A presença de sem-terra, principalmente em Itaquiraí, na região sul no Estado, não era vista de forma positiva, pelo *Correio do Estado*. A reportagem 5 afirmou que aqueles trabalhadores rurais eram uma ameaça à população urbana, que temia por ataques e saques. Porém, a população não chegou a ser entrevistada. Esse mesmo fato foi tratado de forma diferente pelo *O Progresso* - segundo maior jornal de Mato Grosso do Sul -, que foi à cidade, entrevistou pessoas e registrou os seguintes depoimentos: “Eles merecem a terra”; “A cidade melhorou muito desde que fizeram o assentamento. Acho que esse povo deveria ser assentado aqui porque a cidade vai ganhar com isso<sup>iv</sup>”.

Percebemos que o enfoque das matérias estava de acordo com o pensamento da direção do jornal. Essa criticava o movimento de forma direta, ao afirmar que o MST reunia “radicais à esquerda (...) que preferem transformar a luta política numa **batalha campal**, e do sangue e suor alheios extraírem fôlego para continuarem **gritando palavras de ordem**”<sup>v</sup>,

**1996** – Em abril, a população do Brasil e do mundo ficou sensibilizada com o massacre de dezenove trabalhadores rurais sem-terra, no Pará, em confronto com a Polícia Militar - PM. A imagem de FHC ficou comprometida internacionalmente e o presidente sentiu-se

pressionado a agilizar a reforma agrária para solucionar os conflitos no campo. A partir disso, propriedades rurais que há anos enfrentavam o processo burocrático de desapropriação receberam assentamentos. Foram assentadas mais famílias do que a meta do governo federal: em MS, foram 1.483, quando se previam 1.200. O MST aproveitou o momento e intensificou suas ações, o que levou o *Correio do Estado* a anunciar, na matéria 14, que no Estado também poderia ocorrer conflito entre o MST e a PM, pois aqui os sem-terra também usavam, como principal manifestação, o “bloqueio de rodovias, saques e invasão de fazendas”. Todas as matérias seguintes só registraram fatos relacionados à violência.

Um aspecto muito criticado nas notícias foi a presença de crianças na luta pela terra, reforçado no editorial que dizia que “impor às crianças todo o tipo de sofrimentos, com riscos, inclusive de atropelamentos nas rodovias, chuva, frio e fome, para justificar a causa, não pode ser considerado um movimento organizado e racional<sup>vi</sup>”. Era uma forma de deslegitimar e tornar sem significado a forma de luta do MST, que é das famílias.

**1997** – Em abril, o MST ganhou popularidade entre a maioria da população brasileira e a imprensa nacional, após a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que iniciou em várias cidades, em fevereiro, e terminou com ato público dos sem-terra em Brasília, no dia 17 de abril. De acordo com Gohn (2000), no período da manifestação, a imprensa deixou de tratar os sem-terra como um “bando de radicais”, mas esses ganharam o status de cidadania de trabalhadores em luta pela reforma agrária, num exercício de democracia<sup>vii</sup>. Pela primeira vez, a direção do *Correio do Estado* também mostrou simpatia, ao dizer que a marcha do MST “acabou assumindo uma característica nova, com a participação e engajamento de parcela da população, longe de partidos políticos, com exceção apenas do PT, que acabou se infiltrando (...) e merece atenção especial do governo federal<sup>viii</sup>”. Isso porque em menos de uma semana dizia que “o movimento está menos interessado em reforma agrária e mais ávido para instituir a **anarquia** no campo<sup>ix</sup>”. Porém, não houve alteração no enfoque de suas matérias, que se limitaram a cobrir os impasses nas disputas das áreas ocupadas.

A rápida popularidade do MST, aliada ao número de acampamentos e de assentamentos, fez surgir, em MS, o Movimento Nacional dos Produtores – MNP, entidade formada por fazendeiros com o objetivo de pressionar o governo contra a reforma agrária e deslegitimar a luta do MST (títulos 22 e 26). O grupo iniciou a discussão sobre a ilegalidade da luta do MST e sobre o direito de propriedade. Para o MNP, “o direito de propriedade (...) é anterior a própria lei. Esta se baseia naquele. Sem o direito de propriedade garantido não há lei que sobreviva, não existe sociedade que se organize, nem justiça que se imponha<sup>x</sup>”. O jornal concordou com essa posição e opinou: “Por mais legítima que seja, uma causa não pode jamais ser defendida por **meios ilegais** (...) Os sem-terra estão acima da lei e, podem, por isso mesmo, escolher a hora, dia e local para acampar, e como bem entender<sup>xi</sup>”. Assim como o *Correio do Estado*, a imprensa nacional também voltou a combater as ações do movimento: “As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a conjuntura das relações do MST com o governo [...] Nunca as conquistas e os bons resultados dos assentamentos agrícolas já consolidados foram divulgados como manchetes<sup>xii</sup>”.

**1998** – O MST, que terminou 1997 com sua imagem desgastada pelas críticas do MNP, em 1998 começou a ser criticado também pelo governo federal. Em vista da pressão que sofria com as tensões no campo e do interesse em se reeleger, FHC procurou reordenar sua atuação na agricultura começou a censurar o MST, em sua campanha. Com isso, o movimento recuou e outros dois importantes mediadores da luta pela terra em MS, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul - Fetagri e a Central Única dos Trabalhadores – CUT-MS, ocuparam espaço na imprensa, devido ao número de ocupações de propriedades rurais que lideraram. Esse procedimento era, até então, uma ação comum do MST, mas não dos outros dois, que argumentaram que o MST foi atendido depois dos protestos e, por isso, eles resolveram fazer o mesmo.

No *Correio do Estado*, apenas 14 textos fizeram referências ao MST (em 1995, foram 42; em 1996, 45; em 1997, 51), sendo a maioria artigos dos leitores ou discursos de campanha de FHC, contrários ao movimento. O editorial chamou o MST de incompetente,

que “já perdeu o apoio e o prestígio (enquanto movimento social) junto à população do País, pela **evolução do radicalismo**<sup>xiii</sup>”. Nenhuma notícia recebeu título de capa.

**1999 e 2000** – O país reelegeu FHC e Mato Grosso do Sul teve, pela primeira vez, um governador que não pertencia às oligarquias que até então gerenciaram o Estado: o sindicalista Zeca do PT. Em todo o Brasil, o governo federal tentou impedir a ocupação de propriedades, através da medida que determinou que as áreas ocupadas por sem-terra não seriam vistoriadas pelo Incra no prazo de um ano, retraindo ainda mais a luta do MST. Em MS, a oposição do MNP se intensificou e ganhou mais um alvo: o governo do Estado, por não cumprir várias liminares de reintegração de posse emitidas pela justiça. Visto como aliado de Zeca do PT, o movimento passou a ser descrito como grupo de guerrilheiros que tentavam tomar o poder (títulos 29, 30, 33, 39). Novamente o editorial concordou, dizendo que a matéria 29 “revela uma faceta desconhecida pela maioria da população sobre o funcionamento da organização dos acampamentos do MST, que usa **práticas pseudo-guerrilheiras** (...), quando levam a massa a saquear, invadir, depredar, num processo de extrema violência<sup>xiv</sup>”.

Em 2000, a população sul-mato-grossense se comoveu com o assassinato de dois líderes do MST, praticado por um membro do movimento a mando de um fazendeiro. O jornal cobrou agilidade dos governos federal e estadual e atribuiu parte da responsabilidade ao segundo pela não efetivação das sentenças de reintegração de posse, que abriu “vácuo para ações criminosas”, permitindo que o banditismo começasse a se fortalecer. O MST, que já era visto como violento, agora também era responsável pela violência praticada pelos outros, de acordo com o editorial: “não é de se estranhar que pessoas vinculadas ao movimento dos sem-terra sejam cooptadas para participar de um complô de assassinato de suas próprias lideranças, e que – mais preocupante ainda – comecem a surgir grupos paramilitares prestando serviços de proteção e segurança de propriedades rurais<sup>xv</sup>”.

## **Conclusão**

Ao propor novas formas de acesso à terra e outros modelos de produção agrícola, o

MST acena para uma ruptura do que até então é o convencional no Brasil, que é a grande propriedade. Percebemos, na leitura do *Correio do Estado*, que o movimento é reconhecido como o outro, o estranho, e desta forma, motivo de medo.

Intensificando suas ações, o MST tornou-se visível, e nesse processo de se tornar conhecido, a ele foram associados os diversos valores da sociedade da qual fazia parte, que tinha seus valores de posse atingidos. Assim, as representações estiveram carregadas do medo que causava: de perder o direito de propriedade e, com ele, o poder. Por isso, as ações do movimento foram representadas como anarquismo, socialismo, revolução, fascismo ou guerrilha (as palavras grifadas dos trechos extraídos dos editoriais demonstram isso) que, mesmo diferentes entre si, tinham em comum a ameaça que causavam.

Portanto, a proposta de uma ruptura do convencional, do certo, do normal, do familiar, do mesmo – e mais ainda a possibilidade de ser concretizada pelo governo do PT – foi a causadora do medo, que fez com que aquela sociedade reforçasse os aspectos negativos do MST e não enxergasse os positivos, acabando por desviar a discussão da reforma agrária para simplesmente se falar dos sem-terra que invadem propriedades alheias e não respeitam as leis vigentes no país.

---

<sup>i</sup> MOSCOVIVI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

<sup>ii</sup> LEFEBVRE, Henri. El Concepto de Representación. In: *La presencia e la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. p. 17-102.

<sup>iii</sup> VITÓRIO, Ico. Jornal adotou perfil crítico. *Correio do Estado*, Campo Grande, 07 fev. 2004, Edição especial, p. 22.

<sup>iv</sup> MORADORES reconhecem o direito dos acampados. *O Progresso*, 20 mar. 1995, Primeiro Caderno, p. 05.

<sup>v</sup> PREJUÍZOS são generalizados. *Correio do Estado*, Campo Grande, 23 ago. 1995, Caderno A, p.02. Grifo nosso. O editorial é o espaço de um jornal destinado a representar o pensamento da direção.

<sup>vi</sup> CONFLITO urbano. *Correio do Estado*, Campo Grande, 29 jul. 1996, Caderno A, p.02.

<sup>vii</sup> GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 147.

<sup>viii</sup> SEM violência. *Correio do Estado*, Campo Grande, 18 abr. 1997, Caderno A, p.02.

<sup>ix</sup> JUSTIÇA urgente. *Correio do Estado*, Campo Grande, 14 abr. 1997, Caderno A, p. 02. Grifo nosso.

<sup>x</sup> RURALISTAS exigem o cumprimento da lei. *Correio do Estado*, Campo Grande, 29 ago. 1997, Caderno A, p.11.

<sup>xi</sup> NA HORA certa. *Correio do Estado*, Campo Grande, 05 ago. 1997, Caderno A, p. 02. Grifo nosso.

<sup>xii</sup> GOHN, Maria da Glória. Op. cit., p. 147.

<sup>xiii</sup> A FARÇA do MST. *Correio do Estado*, Campo Grande, 09 abr. 1998, Caderno A, p.02. Grifo nosso. A palavra “farsa” foi redigida com “ç” pelo jornal.

<sup>xiv</sup> FACETA desconhecida. *Correio do Estado*, Campo Grande, 21 nov. 1999, Caderno A, p.02. Grifo nosso.

<sup>xv</sup> VIOLÊNCIA previsível. *Correio do Estado*, Campo Grande, 05. set. 2000, Caderno A, p.02.